



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**GÊNERO E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DA REFLEXÃO À
ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA INTERVENTIVA UTILIZANDO A
LINGUAGEM AUDIOVISUAL**

Ribbyson José de Farias Silva
Danielle Ribeiro Pires

Trabalho apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia.

Orientador(a): Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo

Recife,
2021

GÊNERO E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DA REFLAXÃO À ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA INTERVENTIVA UTILIZANDO A LINGUAGEM AUDIOVISUAL

Ribbyson José de Farias Silva

Licenciatura em PedagogiaUAEADTec/UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE
ribbyson@gmail.com

Danielle Ribeiro Pires

Licenciatura em PedagogiaUAEADTec/UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE
danielleribeiropires@hotmail.com

Profº Dr. Iran Ferreira de Melo (orientador)

Licenciatura em Letras/UFRPE
Programa de Pós-Graduação em Estudos da
Linguagem
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE
iranmelo@hotmail.com

RESUMO: A Educação Infantil é marcada por estereótipos e mitos sobre as questões de gênero e sexualidades presentes no cotidiano escolar, contribuindo para a manutenção dos discursos normalizadores e normatizadores na sociedade. Neste nível de ensino, na maioria das vezes, não são apresentadas a diversidade existente e possíveis diante dos corpos, das brincadeiras, dos brinquedos, dos filmes e desenhos. Preescrevendo e assinalando, assim, uma estrutura dicotômica e binária a partir do sistema heteronormativo, pautados na lógica biológica. Com isto, nosso objetivo é apresentar uma proposta interventiva para Educação Infantil sobre a temática, utilizando a linguagem audiovisual, numa perspectiva de desconstrução das práticas e dinâmicas heteronormativas que já existem no contexto da escola. Para atingir nosso objetivo, optamos por utilizar referências teóricas de pesquisadores/as e autores/as que discutem gênero e diversidade sexual na escola e defendem currículos que valorizem as diferentes tradições culturais e enfrentamento da LGBTfobia no ambiente escolar. Por sua vez, a linguagem audiovisual, enquanto forma de arte, possui um potencial pedagógico que permite experimentar a transformação, a sensibilidade e reconhecimento de si e do outro. Propostas como esta visam que tabus sejam desconstruídos desde a infância seja na sala de aula ou até mesmo na instituição em geral, onde a comunidade escolar, muitas vezes, acredita que a exploração de temas como este incentive os alunos a seguirem caminhos que não sejam da “moral e bons costumes”.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gênero. Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, embora tenhamos vivido momentos de progressão e regressão acerca das discussões que versam sobre gênero e sexualidade, tem-se verificado, no campo educacional, um investimento em atividades de formação continuada de professores/as e a implementação de políticas públicas em torno dos temas “diversidade sexual”, “enfretamento à homofobia”, “equidade de gêneros”, inclusive na

Educação Infantil.

No que concerne esta discussão, especificamente, no âmbito da Educação Infantil podemos destacar que em 2014 e 2015, foi realizado o curso “Projeto-piloto Sexualidade e Relações de Gênero na Educação Infantil”, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. O curso buscou desenvolver um processo de discussão, análise, reflexão e formação nos temas relacionados às relações de gênero e sexualidade, além de levantar propostas de ações estratégicas e projetos que ampliassem a compreensão de educadores/as no campo da infância e que envolvessem as famílias das crianças atendidas publicamente através da análise conscienciosa de práticas pedagógicas, muitas vezes cristalizadas e nem sempre funcionais. Em 2020, o Laboratório de Educação e Sexualidade (Labeledusex), do Centro de Educação a Distância (CEaD) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), promoveu o curso de extensão online "Literatura Infanto-juvenil, Gênero e Sexualidade na Infância: diálogos pertinentes”, voltado especialmente a professores que atuam na educação infantil e em séries iniciais. Flanklin (1995, p. 07) nos diz que:

a infância não é uma experiência universal de qualquer duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo as diferenças individuais relativas à inserção de gênero, classe, etnia e história. Distintas culturas, bem como as histórias individuais, constroem diferentes mundos da infância.

Apesar de todo este investimento alguns fatos ainda preocupam. Existe o mito de que estas temáticas podem contribuir para incentivar um “desvio” dos padrões instituídos como verdades na sociedade, o que faz com que sejam perpetuados na Educação Infantil, preconceitos e estereótipos, sobre como crianças devem se comportar, se vestir, brincar, entre outras coisas. Reis (2016) realça que é importante que este tema esteja na escola desde a educação infantil até o ensino superior, passando pela formação docente e até pelos materiais educativos, pois a escola é um lugar de oportunidade de descobrir outros modos, que não necessariamente o preconceito e a violência com o que lhe é diferente.

Esta reflexão nos leva a pensar que a família e a escola têm um papel fundamental no processo de desconstrução, pois, muitas vezes, são omissos e/ou negam à criança a possibilidade da compreensão sobre a sua sexualidade. Para Louro (2000), as categorizações de gênero e sexualidade emergem da dinâmica social, a partir das relações das práticas e das instituições. Então, existe a necessidade de sensibilização e reconhecimento das diferentes feminilidades e masculinidades constituintes da sociedade e para as estratégias perversas na área da educação de controlar comportamentos, padronizar identidades e envolver docentes e estudantes numa

gramática moral – geralmente, branca, cristã, de classe média, misógina e heterossexista (MISKOLCI, 2012).

De forma geral, a infância é marcada por regras históricas e culturais do que é considerado certo e errado, contribuindo para manter o status quo da sociedade, com princípios preconceituosos e/ou aprendizagens distorcidas. É comum as crianças questionarem: O que é gay? Por que meninas brincam de boneca ou por que meninos brincam de carrinho? Por que meninas vestem rosa ou por que meninos usam azul? Por que meninas não podem brincar com meninos? A resposta a estas questões são importantes, pois levam as crianças a construir sua identidade, a reconhecerem sua posição e papel na sociedade (DAROS, 2013).

As crianças, frequentemente, tem acesso à linguagem audiovisual, por meio do cinema e, sobretudo, da televisão, inclusive na escola. Esta experiência estética é uma forma de produção que vem sendo ressaltada como um meio alternativo para lidar com a pluralidade, a eventualidade, as contradições da sociedade e, ao mesmo tempo, superar os limites impostos pelo projeto educacional iluminista centrado em metanarrativas que enfatizam a razão, a universalidade, o determinismo e o individualismo. Nesse contexto, estes recursos têm reforçado entre as crianças regras de ser e estar baseadas numa cultura eurocêntrica de princesas e príncipes brancos, que só podem utilizar determinadas cores, roupas, brincadeiras e brinquedos, que foram determinados pela sociedade para seu sexo biológico. Gadmer (2006) diz que esta possibilidade se dá porque a arte não pode ser apreendida somente por processos cognitivos; ela atua com percepções, memórias, emoções, temporalidades, simbolismos e convida-nos para uma atividade cooperativa, para o jogo intersubjetivo.

Contudo, a educação e a escola têm buscado desconstruir preconceitos e constituir contextos inclusivos que reconhecem e valorizam grupos historicamente excluídos. Nessa perspectiva, surgiram estudos engajados na desconstrução dos limites entre homo/heterossexualidade e ativistas dos movimentos LGBT passaram a usar o termo '*queer*' como forma de autodesignação.

Os estudos queer permitiram um olhar mais cauteloso sobre os dispositivos da sexualidade presentes na educação escolar e têm desvendado que, mesmo a escola se constituindo um terreno de normalização, também se transforma num espaço de resistência aonde alunos/as e professores/as homossexuais vêm a construir contextos para articulação de suas identidades e, nesse contexto, as vozes silenciadas começam a ser lentamente ouvidas e reconhecidas. Para que haja uma educação não normalizadora, necessita-se constantemente repensar o que é educar, como educar e para que educar, dialogando com experiências que usualmente são

invisibilizadas e violentadas. A educação deixaria de ser um instrumento de normalização e passaria a ser um veículo de desconstrução das desigualdades e injustiças.

Neste contexto, buscamos apresentar aqui uma proposta de intervenção voltada para Educação Infantil, utilizando a linguagem audiovisual, numa perspectiva de desconstrução, para refletir sobre as práticas e dinâmicas heteronormativas que já existem no contexto da escola e que estão presentes em muitos destes recusos direcionados às crianças.

Acreditamos que experiências como esta incentivam a exploração das relações de gênero e da sexualidade na Educação Infantil, refletindo e desconstruindo paradigmas que impossibilitam às crianças um olhar crítico sobre a proposição aqui apontadas. Além disso, pode servir de subsídio para que outras intervenções sejam pensadas e colocadas em prática.

1 ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Durante muito tempo, a criança era vista apenas como um ser em miniatura, que era inserida ao mundo adulto logo que conseguisse desenvolver algumas tarefas. Não existia uma preocupação em relação à sua formação, nem se levavam em consideração suas especificidades. O status da criança era nulo, e sua existência no meio social dependia inteiramente da vontade dos pais.

Da Antiguidade à Modernidade, houve o silenciamento sobre a ideia de infância e sua construção social e cultural. Na Idade Média, as crianças eram objetos dos adultos e da sociedade, sua função social era inexistente. Havia um alto índice de mortalidade infantil. As crianças de famílias abastadas eram apenas cópias dos adultos, e as de famílias pobres eram direcionadas ao trabalho. Com a chegada da modernidade, também se configuravam novas relações entre famílias, onde a criança inclusive assume uma posição central na família, sendo de responsabilidade dos pais. Nesta época, embora se acreditasse que criança devesse apenas obedecer comandos e copiar as formas de ser e estar na sociedade, ela nasce enquanto ser social que precisa ser direcionada para tornar-se um bom cidadão, que possua uma condição que a diferencie do adulto.

Quando negamos as histórias de grupos, povos, pessoas, classes sociais; deixamos de refazer as trajetórias, de recuperar velhos sentidos e reconfigurar histórias. É no contexto da modernidade que as narrativas vão sendo esquecidas e com elas coloca-se em xeque o direito, diálogo, a autoridade, a identidade e a

diversidade. Nas situações em que não há garantia de direitos, acentuam-se a desigualdade e a injustiça social e as crianças enfrentam situações além de seu nível de compreensão (KRAMER, 2007, p.19).

É importante reconhecer a instabilidade social, para que assim possamos, na educação infantil ou no ensino fundamental, tornar um momento de solidariedade, do reconhecimento do próximo, de questionar o status quo. Toda criança tem direito à educação, e para alcançá-lo devemos defender a justiça social e combater às desigualdades. Como salienta Kramer: “Sem conhecer as interações, não há como educar crianças e jovens numa perspectiva de humanização necessária para subsidiar políticas públicas e práticas educativas solidárias (KRAMER, 2007, p. 21)”. Para a autora, a ideia de infância adquirida pela sociedade moderna traz resquícios de uma sociedade capitalista, baseada em um padrão de crianças brancas, classe média, tendo os critérios de idade e dependência de um adulto. A autora ressalta que, no Brasil, existe um contexto diversificado cultural, social e político, que precisa ser levado em consideração. As mudanças sociais, no país, apontaram que existia uma série de vivências da infância, estando estas associadas a classe, raça, gênero e etnia.

Neste contexto, a escola tem contribuído para a disseminação e perpetuação de uma cultura heteronormativa, patriarcal, machista e branca, que inicia desde a Educação Infantil, onde as crianças são controladas por padrões sociais de gênero e sexualidade, porém “as crianças são atores sociais interligados a todos os aspectos e às problemáticas da sociedade contemporânea” (MIRANDA, 2014, p. 13). Estas questões modelam as formas de ser e estar na sociedade. A autora aponta que a “educação infantil, mesmo antes de docentes conhecerem as crianças que serão suas alunas/os, também organiza o espaço de tal forma para que as crianças sejam sujeitos legítimos no padrão heterossexual e cisgênero”.

Exemplos destas condições são apresentados na dissertação de Miranda (2014), que, ao refletir sobre as imagens que as professoras usavam para decorar os prendedores de mochilas, buscou refletir acerca das mensagens subliminares contidas nestes desenhos escolhidos para as meninas (flores) e meninos (pipas). As imagens apresentadas nos cartazes expunham idealizações de meninos e meninas “que não correspondem à realidade das performatividades de gênero de todas as crianças” (MIRANDA, 2014). Além disso, não representava a pluralidade étnico-racial das crianças que faziam parte da escola. Nos filmes que eram passados para as crianças, sempre havia a representação de um personagem homem, que era um galã

que salvava as mocinhas (princesas); por outro lado, as personagens que representavam as mulheres, sempre eram pessoas frágeis, que vivem infelizes até o dia em que encontram um grande amor (um homem branco e viril). Miranda (2014) ressalta que, ao final destas exposições, não havia uma reflexão. Nesse sentido, a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe, se reconhecermos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade (LOURO, 2014).

O que as crianças têm para nos dizer precisa ser levado em consideração, e não podemos nos limitar somente ao que achamos que sabemos e conhecemos sobre elas. Embora todos os adultos tenham sido crianças, nem todos tiveram a mesma infância. A criança é um ser real e, com isso, possui experiências e vivências que precisam ser observadas e respeitadas. Nesse sentido, na próxima seção, discutiremos sobre as questões de gênero e sexualidade no contexto escolar.

2 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

Há a necessidade de se inserir e realizar pesquisas no âmbito da Educação Infantil sobre gênero e sexualidade. O gênero emerge da dinâmica social pela qual nos identificamos, e a sexualidade esta interligada aos nossos desejos e prazer dos nossos corpos, a partir da cultura. Para Miranda (2014) é ainda na primeira infância que podemos fazer uma intervenção sobre o conhecimento adquirido ou ainda por adquirir. Aqui, estamos pautados na teoria crítica pós-estruturalista¹ do discurso, que concebe, ao refletir sobre a categoria gênero, que estamos analisando a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituem e são constituídos em meio a relações de poder (LOURO, 2002, p.15). O gênero não é meramente como um fator biológico. Para Louro (2014), precisamos trabalhar estas temáticas com um viés desconstrucionista:

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então significa problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o polo masculino contém o feminismo (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses polos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras) (LOURO, 2014, p.35-36).

¹ A teoria crítica pós-estruturalistas compreende uma gama de abordagens, como: o multiculturalismo, estudos de gênero, pós-modernismo, pós-colonialismo, estudos culturais, estudos queer, estudos étnicos e raciais, pós-gênero, pós-feminismo e o pensamento da diferença.

Ao analisarmos esta proposição de Louro (2014), podemos dizer que, na escola, é negado e silenciado o que não faz parte do que é tido como comum, corroborando para comportamentos homofóbicos, machistas, preconceituosos e de discriminação; em muitos momentos, os/as educadores/as acabam até reforçando estereótipos, por vezes até de maneira despercebida. Muitas vezes, podemos perceber que pais e educadores/as, quando se deparam com as primeiras manifestações sexuais da criança, assumem o papel de repressores/as e controladores/as do comportamento sexual infantil, dissimulando, escondendo, proibindo e omitindo as curiosidades naturais (DAROS, 2013, p. 174).

A diversidade presente nos ambientes escolares deve ser reconhecida e discutida, em relação às etnias, raças, religiões, comportamentos, os diferentes arranjos familiares, as diferentes identidades de gênero e à sexualidade e aos temas ligados a ela. De acordo com Louro (2014), as transformações sociais, advindas com a modernidade, trouxeram novas formas e estilos de relacionamento, intervindo em setores antes considerados imutáveis e universais. A partir destas questões precisamos falar, discutir e compreender sobre sexualidade, com um olhar de possibilidade de recriação e ressignificação. Foucault (2020) propõe a sexualidade como algo que se formou historicamente, que é constituída e constituinte das relações sociais tornando-se um processo dinâmico e variável no espaço e no tempo.

Na Educação Infantil, fica muito evidente que estas questões são pouco ou nunca colocadas em pauta, devido a alguns mitos que permeiam a sociedade, como os de 1) que falar sobre sexualidade é apenas falar sobre educação sexual e isto pode erotizar ou incentivar a iniciação sexual precoce de crianças e adolescentes e 2) que falar sobre gênero pode influenciá-las a serem gays, transexuais, lésbicas, entre outras identidades consideradas abjetas. Pelo contrário, sabemos que quanto mais cedo as crianças tiverem contato com as questões de gênero e sexualidade mais poderão contribuir para uma sociedade menos intolerante, mais plural e democrática. Além disso, esse processo, sendo empregado inicialmente, as torna mais protegidas contra a violência sexual. Os livros infantis são bastante usados nesta modalidade de ensino e Daros (2013) chama atenção que a compreensão das identidades de gênero, elaboradas pela sociedade, e do papel que a linguagem e a literatura infanto-juvenil desempenham nessas lutas que vão contra o domínio e a legitimação do discurso sexista, machista e conservador.

A autora diz ainda que os livros infantis podem contribuir para a superação dos

preconceitos, discriminação e intolerância que ocorrem no próprio espaço escolar, com a finalidade de desconstruir os estereótipos que são criados e consolidados nas elaborações que as crianças fazem sobre si, os outros e a cultura, e que contribui para compor sua identidade de gênero. Torna-se relevante, então, explorar a Teoria *Queer* como abordagem teórica que visa a desconstrução e desnaturalização das concepções sobre gênero e as sexualidades, sobretudo “o mecanismo através do qual se produzem e se naturalizam as noções de masculino e de feminino” (BUTLER, 2006). A compreensão destas categorias deve ser compreendida como instituições sociais mutáveis e históricas, como veremos a seguir.

3 A TEORIA *QUEER*: DESNATURALIZANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

As crianças sofrem muito preconceito no ambiente escolar porque a definição de gênero e sexualidade já vem pré-estabelecida e qualquer “desvio” dessas normas é motivo para repúdio e brincadeiras indesejadas. Para Silva (2018), os currículos trazem consigo uma espécie de estranhamento, incômodo, perturbação, ruídos produzidos pelas crianças que, seja pelos seus modos de falar, andar, gesticular, dançar, sentar ou até mesmo pelas suas companhias, brincadeiras, desejos e sonhos, escapam às normas, experimentando possibilidades outras de habitar o gênero.

Na Educação Infantil criaram-se algumas normas para meninos e meninas. As meninas devem brincar com meninas, meninos devem brincar com meninos; meninas usam cor rosa, meninos usam cor azul; meninas brincam de boneca e cuidam da casa, enquanto meninos são inventores, cientistas, médicos, engenheiros. Se uma criança assumir características diferentes destas no âmbito escolar, sofre muita discriminação e preconceito, vivendo em estado de tristeza e dor e; ainda podendo ser taxada como monstro por não seguir as leis e os bons costumes, fazendo referência a tudo que é assombroso e perigoso.

Para Butler (2006) as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e essas “normas regulatórias” precisam ser constantemente reproduzidas e reiteradas para que tal materialização se concretize. Assim, a Teoria *Queer* visa contestar a oposição binária heterossexual/homossexual, além dos modos de ser menino ou menina, compreendidas como categoria principal que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos. É preciso um olhar para a cultura, para as estruturas linguísticas ou discursivas e para os contextos institucionais das pessoas.

Miskolci (2012) chama atenção que no Brasil, a recepção e incorporação no campo educacional da Teoria *Queer* pode estar associada a uma compreensível sensibilidade crítica de nossas educadoras e educadores com relação às relações sociais de poder que impõem, desde a infância, modelos de comportamento, padrões de identidade e gramáticas morais aos estudantes, sobretudo crianças e jovens. Diante de uma educação pautada na normalização e no ajustamento, o autor propõe que, para incorporar o *queer* na educação, primeiro deve-se provocar um diálogo crítico que defenda a integração dos diferentes grupos sociais e culturais a uma sociedade, a fim de evitar situações de conflito dentro da escola. Isto não apenas tende a tornar o espaço escolar melhor, mais respeitoso, mas possibilita um processo de escuta e reconhecimento com aqueles que normalmente são desqualificados do processo educacional e também do resto da experiência de vida na sociedade, e é esse diálogo que pode se tornar, segundo ele, a própria educação (MISKOLCI, 2012). A autora realça que *queer* pode ser tomado como substantivo, adjetivo ou verbo, mas sempre definindo-se contra o normal ou normalizante.

De acordo com Louro (2014), precisamos tornar o currículo *queer*. Um currículo que defenda uma política pós-identitária, ou seja, que leve em consideração saberes tidos como “subalternos”, saberes que se construíram e se constroem às margens dos saberes considerados tradicionais. Como aponta Silva et. al (2016) “estranhar o currículo”, transgredi-lo, subvertê-lo. Assim, busca-se na verdade, desconfiar dele, tratá-lo de modo não usual, desconcertá-lo ou transtorná-lo. Louro (2014) corrobora com esta lógica ressaltando que precisamos pôr em questão o conhecimento proposto no currículo formal, pôr em cheque o que é conhecido e as formas como chegamos a conhecer ou não conhecer determinadas coisas.

Há, no currículo, uma espécie de estranhamento, incômodo, perturbação, ruídos produzidos pelas crianças que, seja pelos seus modos de falar, andar, gesticular, dançar, sentar ou até mesmo pelas suas companhias, brincadeiras, desejos e sonhos, escapam às normas, experimentando possibilidades outras de habitar o gênero (SILVA, 2018, p. 68).

Nesta perspectiva, o currículo *queer*, implica trabalhar com conhecimentos aos quais tem-se resistência em serem desenvolvidos, ou porque ousam questionar o 'normal', ou porque implicam adotar uma posição desconfortável dentro de uma ótica culturalmente estabelecida (LOURO, 2014).

Podemos assim mencionar que as questões de gênero e sexualidade são importantes para uma melhor aceitação e convivência social, a história de muitas crianças é de rejeição e monstruosidade obrigando-os a conviver com a falta de

respeito e afeto desde de muito cedo. As crianças sofrem muito preconceito no ambiente escolar porque a definição de gênero e sexualidade já vem pré-estabelecida e qualquer “desvio” dessas normas é motivo para repúdio e brincadeiras indesejadas. Estas questões estão muito presentes em filmes, vídeos e desenhos que são passados para as crianças de forma lúdica e sem reflexão. Nesse sentido, nosso objetivo é propor uma atividade interventiva, que refletia com as crianças as temáticas aqui abordadas, com a utilização de artefatos pedagógicos, como alguns filmes voltados para o público infantil.

4 A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA INTERVENTIVA COM A UTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM AUDIOVISUAL

Estudos realizados sobre linguagem audiovisual e educação ressaltam que este artefato pode ser utilizado na escola, pois desperta a curiosidade e a sensibilidade em relação a algum tema/objeto de estudo; como ilustração e aproximação de contextos distantes dos/as alunos/os do ponto de vista geográfico, histórico e/ou cultural; como simulação de situações difíceis de serem vivenciadas por motivos de periculosidade, tempo e/ou escassez de recursos; para debate de conteúdos específicos e para intervenção sobre a realidade.

Ao utilizar desenhos e filme direcionados para o público infantil é possível perceber que padrões de gênero e sexualidades são apresentados de forma sutil e discreta, mas que fortalecem as tradições do “ser menino ou ser menina”. Nesse sentido, Fischer (2002, p. 151) ressalta que recursos como estes contribuem para

constituição de sujeitos e subjetividades na sociedade contemporânea, na medida em que produz imagens, significações, enfim, saberes que de alguma forma se dirigem à “educação” das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem.

Como proposta de interventiva para desconstruir os mitos e estereótipos de gênero e sexualidade na Educação infantil sugerimos um sequência de atividades que segue a ordem: 1) assistir um vídeo/filme/documentário, 2) discussão sobre a temática a partir dos elementos trazidos pelo vídeo e 3) aplicação de uma dinâmica com os/as estudantes, objetivando que eles produzam um material utilizando da arte: desenho, ou pintura.

Para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental embora seja um desafio propor esta discussão devido à ignorância da sociedade e dos padrões instituídos pela sociedade, existem várias produções de matérias lúdicos e audiovisuais que podem que podem auxiliar os docentes. Um exemplo de um material rico e que

propomos aqui são as reflexões trazidas por uma professora a partir de "Livros Animados", no canal da TV Futura do Youtube. Embora o principal objetivo seja contar histórias sobre contos Africanos e Afro-brasileiros, em muitos deles, podemos discutir as questões de gênero e sexualidade também presentes como elementos interseccionais, sendo estas questões nosso objeto de estudo.

O vídeo que queremos destacar aqui é o que discute os Livros Animados II, episódio 07, que narra duas histórias: Doce Princesa Negra e o super-herói e a fralda. No vídeo, aborda-se o livro a Doce Princesa Negra de Solange Cianni. Omolobake é o nome da protagonista, que utiliza dialetos da língua iorubá. O enredo traz referências a instantes da vida da menina, exaltando a personagem valorizando aspectos de sua beleza, sobretudo a referência ao corpo e à relação com a ideia de uma princesa africana. Podemos então apontar que estamos acostumados com o detaque da figura do rei, que manda e ordena em todo seu reino, enquanto que a rainha sempre é a submissa, que obedece e satisfaz seu esposo. Além disso, estes reis e rainhas, são sempre brancos/as que utilizam suas coroas de ouro e vivem em seus grandiosos castelos, mas nem sempre os reis e as rainhas utilizam suas vestimentas baseadas na cultura europeia, basta olhar para outros da Ásia e da África. Quanto às princesas, sempre são apresentadas com cabelos perfeitos, na maioria lisos e loiras, com seus vestidos deslustrantes, maquiagem, brincos, colares, mas, em outros espaços e territórios estas formas de ser e estar princesa assumem outro sentido.

Nesse sentido, precisamos fazer referências às princesas numa origem africana no universo da literatura, para que assim as crianças tenham contato com uma princesa que também pode tomar decisões, assumir diversidade racial. No vídeo, fica clara a exaltação de assumir-se negra quando se propõe assumir suas raízes fazendo tranças nos cabelos, valorizar a fenotípica negra e uma língua de origem iorubá por meio do bordão EEKarô (bom dia!). Esta estorinha nos coloca que é possível que meninos e meninas possam brincar de príncipes ou de princesas, para inventar um reino onde elas são respeitadas.

A segunda estorinha "O super-herói e a fralda de Heloisa Prieto" conta e mostra sobre a amizade surgir em meio a diversidade. A protagonista Janaína é uma integrante negra da turma que habita a coleção Jo-Ken-Po. O projeto contrapõe as diferenças de comportamento social dos membros do grupo. O enredo coloca o personagem Jonas como o gritão que será o interlocutor de Janaína. Em um dia, Jonas cai no ônibus e seu boneco cai no chão e suja, e Janaina é que vem ajudá-lo com sua fralda. A partir

daí, os dois tornam-se amigos. Contudo, quando pensamos sobre gênero e sexualidade, vemos que meninos são os que menos possuem laços afetivos e que uma menina também pode ajudar um menino pois também tem força. Tanto meninos quanto meninas podem ter bonecos e bonecas e brincar de cuidar. Tiramos de lição que devemos ser tolerantes às diferenças em sala de aula, devemos respeitar o outro na sua individualidade e acolhê-lo na dificuldade. Após assistido o vídeo e debatido com as crianças, é possível pedir para que elas construam seus próprios castelos, reis, rainhas e demais personagens do seu enredo a partir da produção de pinturas e desenhos.

Ribeiro e Alvarenga (2014) nos diz que, através da espontaneidade, ludicidade, imaginação, criatividade fantasia, pluralidade, entre outras dimensões que fazem parte do seu nicho cultural, é possível perceber a dimensão da sexualidade. As autoras reforçam ainda que as crianças manifestam o que pensam sobre sexualidade, também, através de brincadeiras, desenhos, interpretações de música e atividades lúdicas. Então, refletir sobre tais temáticas nem sempre pode ser uma experiência tranquila, pois coloca em xeque os padrões sociais tidos como verdadeiros. O/a docente precisa conhecer bem o tema e se planejar da melhor forma possível para que sua vivência didática sirva de estímulo, aprendizagem e respeito em inúmeras questões sociais.

Ações como esta, quando realizadas na escola, exercitam o não preconceito e a não discriminação de gênero e sexualidade, desencadeando contra-discursos normativos e normalizadores na Educação Infantil. Assim, os brinquedos deixam de serem associados com o sexo biológico da criança; os meninos podem brincar de bonecas, podem cuidar também; meninos e meninas podem brincar juntos; as aptidões dos alunos não correspondem aos gêneros específicos; meninos e meninas não possuem brincadeiras e nem cores próprias.

Se posicionar criticamente e humanamente ao uso de vídeos ou filmes direcionados às crianças também ajudam a não normalizar o que já está posto como preconceito, tratamento desigual, desnecessário, sexista, machista, patriarcal. De acordo com Louro (2014) o professor/a tem um papel fundamental neste processo, de identificar quais palavras, gestos, comportamentos e posicionamentos que expressam e transmitem ideia de sexista, racista, homofóbica. É imprescindível questionar o que se é ensinado e como é ensinado, uma vez que contribui para colocar em cheque as aprendizagens e identidades tidas como fixas, homogêneas e lineares; e verdades

tidas como absolutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola pode ser considerada uma instituição social que ainda segrega, que determina valores, crenças e relações, disseminando formas de ser e estar meninos e meninas. As crianças, por serem consideradas uma tábula rasa, acabam imitando os adultos, de forma inconsciente, acrítica, sem conhecer o significado de suas ações, reproduzindo os papéis sociais da forma que vivenciam. Nesse sentido, é perpetuada na escola a desigualdade e o preconceito de gênero e sexualidade na sala de aula. Por exemplo, meninas continuam enquadradas em atividades associadas ao cuidado, como a maternidade e delicadeza, e meninos continuam representando poder e inteligência. Os/as docentes ao realizarem suas atividades também reforçam estereótipos e preconceito sobre a temática, talvez por não se darem conta ou ignorarem tais ações. Em muitas ocasiões, é utilizada por estes profissionais a linguagem audiovisual como recurso didático que, apesar de despertar uma atenção maior entre os/as estudantes, pode também contribuir para perpetuação do *status quo*. Objetivamos, neste trabalho, assim elaborar uma proposta interventiva com a utilização da linguagem audiovisual para desconstrução de gênero e sexualidade na Educação Infantil.

Levando-se em consideração esses aspectos, percebemos que os/as professores/as devem estar preparados/as para lidar e trabalharem essas temáticas em suas aulas. E para isso, os/as professores/as precisam selecionar bem os vídeos/ou filmes a serem utilizados, ressignificar seus posicionamentos, participar de formações continuadas na área, para que não haja o enraizamento e propagação de estereótipos. Com isto, reforçamos aqui um repensar das práticas na Educação Infantil e a criação de políticas públicas mais efetivas que discutam gênero e sexualidade neste nível de ensino.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Deshacer el género**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

DAROS, T. M. V. Problematizando os Gêneros e as Sexualidades através da Literatura Infantil. **Revista Práticas de Linguagem**. v. 3, n. 2, p. 172- 186, jul./dez. 2013.

FISCHER, R. M. B. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, jan/jun. 2002, p. 151-162.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. v. 1: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo. Paz & Terra, 2020.

KUHLMANN JR., M. M. **Infância e educação Infantil**: uma abordagem histórica. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, J.; PANGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. (Orgs.). **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007, p. 13-24.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, G. L. O corpo Educado: Pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

MIRANDA, A. C. S. **Gênero/sexo/sexualidade**: representações e práticas elaboradas por professoras/es da educação infantil na rede municipal de ensino em Salvador. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora; UFOP, 2012.

OLIVEIRA, A. L. A. R. M. **O discurso pedagógico pela diversidade sexual no campo escolar do agreste pernambucano**: delineamento de lógicas políticas e sociais. Projeto de Pesquisa financiado pela FACEPE, 2012.

OLIVEIRA, A. L. A. R. M. **O discurso pedagógico pela diversidade sexual e sua (re)articulação no campo escolar**. 2009. 271f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

REIS, J. F. S. **A importância das discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar**. Disponível em: <<http://petpedagogia.ufba.br/importancia-das-discussoes-de-genero-e-sexualidade-no-ambiente-escolar>>. Acesso em 13 de dez 2020.

RIBEIRO, C.; ALVARENGA, C. F. “Tranca a porta! Não deixa elas saírem” –um contexto para emergir as expressões das crianças sobre gênero e sexualidade. **Textura**, Canoas, n.32, p. 187-207, set./dez. 2014.

SILVA, J. P. de L. **Infâncias queer nos entre-lugares de um currículo**: a invenção de modos de vida transviados. 2018. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, J. P. de L.; SILVEIRA, E. L.; COSTA, L. C. S. A Teoria *Queer* e os muros da escola: tessituras entre práticas e (des)normalizações. **Textura**, Canoas, v. 18, n. 38, p.143-161, set./dez. 2016.